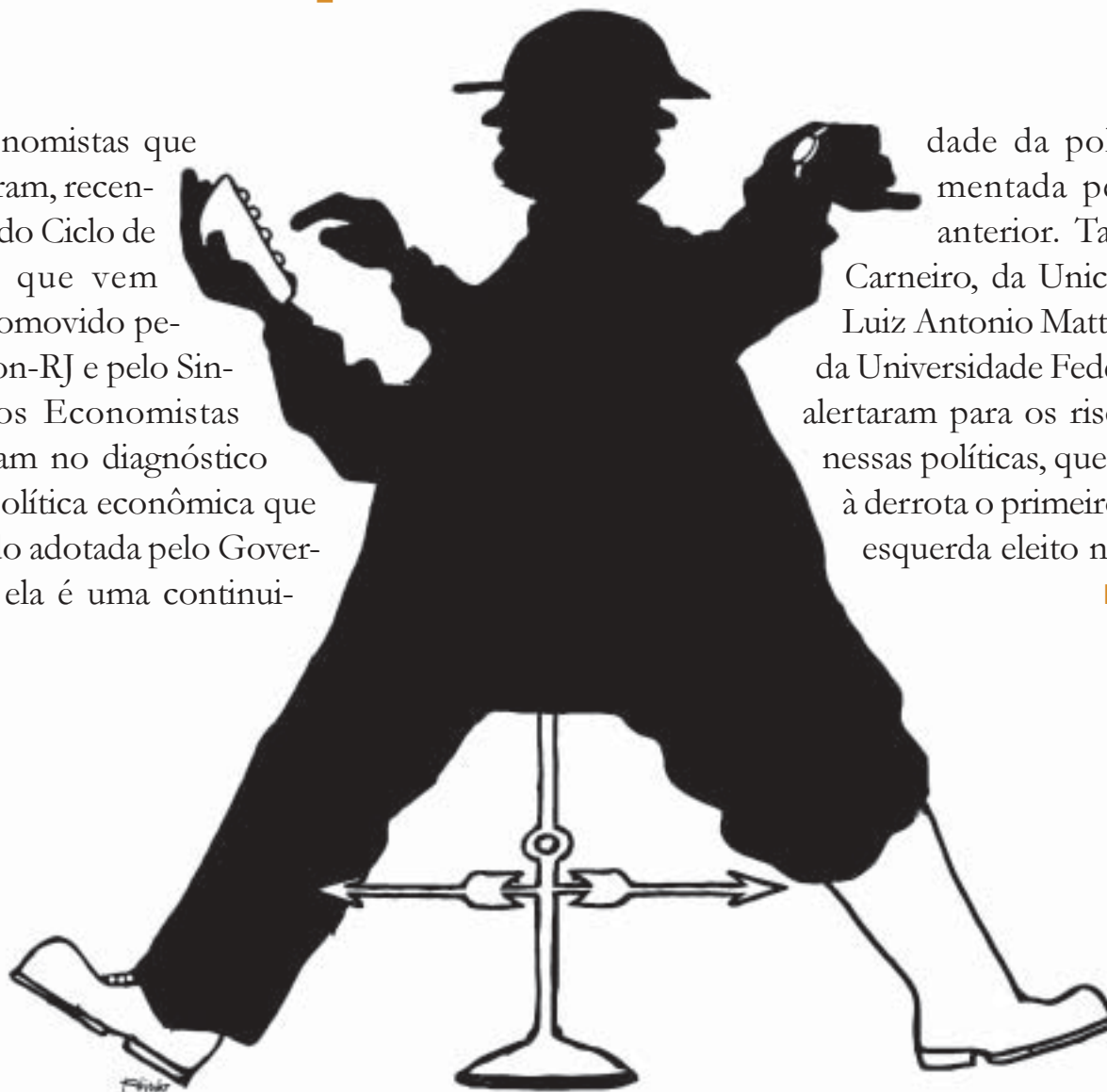


# Economistas vêem **Lula** **nos passos** de FHC

Dois economistas que participaram, recentemente, do Ciclo de Debates que vem sendo promovido pelo Corecon-RJ e pelo Sindicato dos Economistas coincidiram no diagnóstico sobre a política econômica que vem sendo adotada pelo Governo Lula: ela é uma continui-

dade da política implementada pelo governo anterior. Tanto Ricardo Carneiro, da Unicamp, quanto Luiz Antonio Mattos Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, alertaram para os riscos contidos nessas políticas, que poderá levar à derrota o primeiro governo de esquerda eleito no Brasil.

Páginas 7 a 10



**Lindberg: a quem interessa uma guerra na floresta?**

Em resposta ao artigo publicado na última edição pelo professor José Ribamar Bessa Freire, da UERJ, o deputado federal do PT-RJ, Lindberg Farias, escreve para o *JE*, respondendo às críticas.

Página 3

**Polêmica: quanto a prefeitura do Rio investe em educação?**

Publicamos neste número os artigos da equipe do Fórum Popular de Orçamento e do economista Paulo Bastos Cezar, com visões opostas sobre os gastos da prefeitura carioca em educação.

Páginas 12 e 13

## EDITORIAL

# No compasso de FHC

**N**esta edição, o *JE* traz as análises, opiniões e os comentários de dois economistas que, em maio, proferiram palestras de avaliação sobre os rumos da política econômica em curso no Governo Lula. São eles o professor da Unicamp, Ricardo Carneiro, e o diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, Luiz Antonio Mattos Filgueiras.

Ambos coincidem em alguns pontos: as políticas que estão sendo postas em prática mantêm e radicalizam o modelo adotado pelo governo anterior de FHC e reduzem ainda mais os espaços para uma transição de modelo, até mesmo pela piora nos cenários externos, com a alta dos juros nos Estados Unidos e a manutenção dos ciclos de volatilidade da economia mundial.

Outros pontos de contato e convergência dizem respeito à necessidade de implementar

formas de controle dos capitais que ingresam no país e de mudanças na política cambial. Para Carneiro, é necessário adotar um câmbio múltiplo. Já Filgueiras assinala que não haverá transição sem uma ruptura com o modelo anterior.

Até que ponto as avaliações e prognósticos estão corretos ou não o desenrolar do próprio tempo o dirá. Os debates, contudo, vão prosseguir e ainda neste mês de junho o convidado das entidades de economia do Rio de Janeiro é o professor Nildo Ouriques, da Universidade de Santa Catarina, que vai falar no próximo dia 29. No dia 14 de julho será a vez de Plínio de Arruda Sampaio, uma das vozes mais autorizadas em questões do campo e da reforma agrária.

Ambos os debates vão ocorrer no auditório do Conselho. Os leitores, desde já, estão convidados. ■

## Sumário

- Página 3** Guerra na Floresta: a quem interessa? – Lindberg Farias
- Página 5** Um erro de estratégia do Governo Lula – Fernando Siqueira
- Página 7** É preciso fazer o controle de Capitais
- Página 8** Página Central – Nos passos de FHC  
Luiz Antonio Mattos Filgueiras ▶
- Página 11** Artigo do Leitor – A ditadura macroeconômica
- Página 12** Afinal, quanto o Rio investe em educação  
Os gastos do Rio – Paulo Bastos Cezar  
Onde está a prioridade? – Equipe do FPO
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – De olho no esporte e lazer do Rio
- Página 16** Corecon responde a Elio Gáspari  
Cursos do Corecon para 2004



O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ**

ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Ceci Juruá, Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Julio Miragaya, Nelson Le Cocq, Paulo Mibielli, Rafael Vieira da Silva, Renata Nascimento, Rogério Rocha da Silva, Ronaldo Rangel e Sidney Pascotto.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes

Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**

Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar

Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900

Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

**Conselheiros Efetivos:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609

Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000

Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192

Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

**Coordenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto •

**Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de**

**Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina

Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz •

**Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho**

**Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

QUESTÃO INDÍGENA Lindberg Farias

## Guerra na Floresta: a quem interessa?

Fui surpreendido, na edição 177, do *Jornal dos Economistas*, por um artigo do professor José Ribamar Bessa Freire, coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ.

De forma passional e equivocada, Bessa Freire, claramente impregnado do mito do bom selvagem, atacou minha honra e criticou – embora não tenha lido – o relatório por mim produzido a respeito da delicadíssima questão que envolve a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que ele demonstra desconhecer.

Como membro da Comissão Especial designada pelo presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, para analisar *in loco* os conflitos decorrentes do anúncio da homologação da Reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, pude verificar que esta questão é mais delicada do que a maioria das pessoas imagina – principalmente quando essas pessoas costumam estudar a teoria das coisas e não a sua práxis, o que é muito comum na academia freqüentada por Bessa Freire.

Além da questão da fragilidade territorial a que o país fica submetido ao permitir a demarcação de reservas indígenas em área de fronteira – que o professor reduz em seu artigo a mera paranóia militar-nacionalista –, há ainda muitas outras variáveis envolvidas em Raposa Serra do Sol. Se Bessa Freire se der ao trabalho de ao menos

ler o meu relatório, disponível no *site* da Câmara dos Deputados, terá uma noção melhor do que ocorre, na prática, naquela região que possivelmente ele jamais pisou.

### Os interesses em questão

Se o fizer, ele verá que nem mesmo entre os índios existe consenso a respeito da melhor forma de demarcar aquela área. De um lado, estão 12 mil índios macuxis, que legitimamente reivindicam o direito à terra que pertenceu aos seus antepassados

e que defendem a homologação da reserva em área contínua – um território de cerca de 1,7 milhão de hectares, numa região de fronteira com a Guiana e a Venezuela.

De outro, estão cerca de 7 mil índios de seis diferentes etnias, fazendeiros e não-índios moradores do município de Uiratunã, que também vivem e produzem naquelas terras e são contrários à demarcação em área contínua. Em comum, apenas uma certeza: a de que a homologação será decisiva para o destino de todos eles.

Demarcada há oito anos, mas até hoje não homologada



A homologação da reserva em área descontínua, preservando faixa de 15 quilômetros de fronteira para a atuação das Forças Armadas e também preservando o município de Uiramutã e as fazendas produtivas da região, é, no meu entender, a melhor forma de evitar uma guerra civil em plena Floresta Amazônica



devido aos conflitos que envolve, a reserva corresponde a cerca de 8% do território de Roraima, estado paupérrimo, criado há apenas 15 anos e que tem 46,17% de sua área em terras indígenas. Do que resta, apenas 7,2% são cultiváveis, segundo a Embrapa. A área compreendida pela Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol é particularmente problemática porque estão ali concentradas as terras mais produtivas do estado, com lavouras de arroz que respondem por 60% da produção agrícola local e por 10,25% do PIB de Roraima.

Além disso, a região é rica em minérios e pedras preciosas, sem contar a biodiversidade, cujos benefícios econômicos ainda são desconhecidos. O fato é que a homologação da reserva em área contínua, como defendem a Funai, o Ministério da

Justiça, Igreja e ONGs, boa parte das quais estrangeira, não apenas é vista por setores importantes da sociedade organizada como um entrave ao desenvolvimento do Estado e de seus 324 mil habitantes, mas também como um perigo para a soberania nacional.

#### Relatório com Lula

Não sem razão, as Forças Armadas temem que os mais de mil quilômetros da faixa de fronteira, que compreende a divisa da reserva com Venezuela e Guiana, tornem o país vulnerável a atividades como garimpo ilegal, contrabando, narcotráfico e biopirataria. Uma questão de segurança nacional que muitos consideram paranoia nacionalista, mas que não deve ser desprezada, principalmente quando levamos em con-

ta o recente exemplo dos índios cinta-larga, em Rondônia, e os interesses que despertam as incalculáveis riquezas naturais daquela reserva.

Prova disso foi a reação gerada, em janeiro passado, pelo simples anúncio, feito pelo ministro da Justiça, de que finalmente a reserva seria homologada. Estradas foram fechadas, ocas queimadas, padres seqüestrados, gente assassinada. A quem isso interessa?

O relatório por mim apresentado, após exaustivas audiências públicas com todos os atores envolvidos no conflito da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, está sob análise do presidente Lula para que ele decida qual o melhor caminho para a questão. Nele, não busco fomentar o conflito, mas apontar soluções que contemplem a todos, que preser-

vem a segurança nacional e garantam sustentabilidade para o estado de Roraima e para aqueles que vivem da terra, sejam eles índios ou não.

A homologação da reserva em área descontínua, preservando faixa de 15 quilômetros de fronteira para a atuação das Forças Armadas e também preservando o município de Uiramutã e as fazendas produtivas da região, é, no meu entender, a melhor forma de evitar uma guerra civil em plena Floresta Amazônica. Isso, nenhum brasileiro em sã consciência deve desejar. Nem mesmo o professor Bessa Freire, embora estando ele protegido pelos milhares de quilômetros que separam a floresta da cátedra refrigerada da sua universidade. ■

\* Deputado federal pelo PT-RJ.

Nem mesmo entre os índios existe consenso (...). De um lado, estão 12 mil macuxis, que reivindicam o direito à terra que pertenceu aos seus antepassados e que defendem a reserva em área contínua – um território de cerca de 1,7 milhão de hectares, numa região de fronteira com a Guiana e a Venezuela. De outro, estão cerca de 7 mil índios de seis diferentes etnias, fazendeiros e não-índios moradores do município de Uiramutã, que também vivem e produzem naquelas terras e são contrários à demarcação em área contínua



LICITAÇÃO DE ÁREAS Fernando Siqueira\*

# Um erro de estratégia do Governo Lula

Enquanto o mundo discute a alta do preço do barril de petróleo, que já chegou a mais de US\$ 40, o Governo Federal, sem qualquer visão estratégica do país, continua a política de licitação de áreas petrolíferas brasileiras. A próxima rodada, a 6ª, irá ocorrer em agosto por determinação do Governo Federal.

Este leilão estará oferecendo áreas azuis (potencialmente produtoras), que a Petrobrás foi obrigada a devolver à Agência Nacional de Petróleo (ANP) por determinação do Ministério de Minas e Energia. Quando houve a flexibilização do monopólio estatal do petróleo, o governo Fernando Henrique Cardoso mandou que a Petrobrás mapeasse as suas melhores áreas que, mais tarde, foram denominadas azuis, dentro da rodada zero.

Elas só não foram postas em produção pela Petrobrás devido ao bloqueio de recursos da empresa, feito pelo governo por determinação do FMI – para quem investimento em infraestrutura é considerado despesa. Se as multinacionais estrangeiras arrematarem esses novos campos, pesquisados e mapeados pela Petrobrás, e os colocarem em produção, elas passam a ser proprietárias do petróleo e podem exportá-lo.

## Os riscos da exportação

A administração anterior da Petrobrás guardava áreas para serem entregues à ANP e leiloadas. A nova administração mandou perfurá-las, em 2003, e encontrou 6,6 bilhões de barris (cerca de 50% das reservas nacionais provadas). Isto significa que a política deveria ser a de incentivo para a Petrobrás explorar as suas áreas, o que não vem ocorrendo por pressão do cartel internacional.

Parte das descobertas foi incorporada oficialmente, elevando as reservas provadas de 10,5 bilhões para 12,6 bilhões de barris, faltando incorporar cerca de 4 bilhões de barris, o que elevará as reservas provadas para 16,6 bilhões. Como a auto-suficiência acontecerá em 2006, qualquer nova licitação será totalmente para a exportação de petróleo. Ao mesmo tempo, as reservas prováveis e possí-

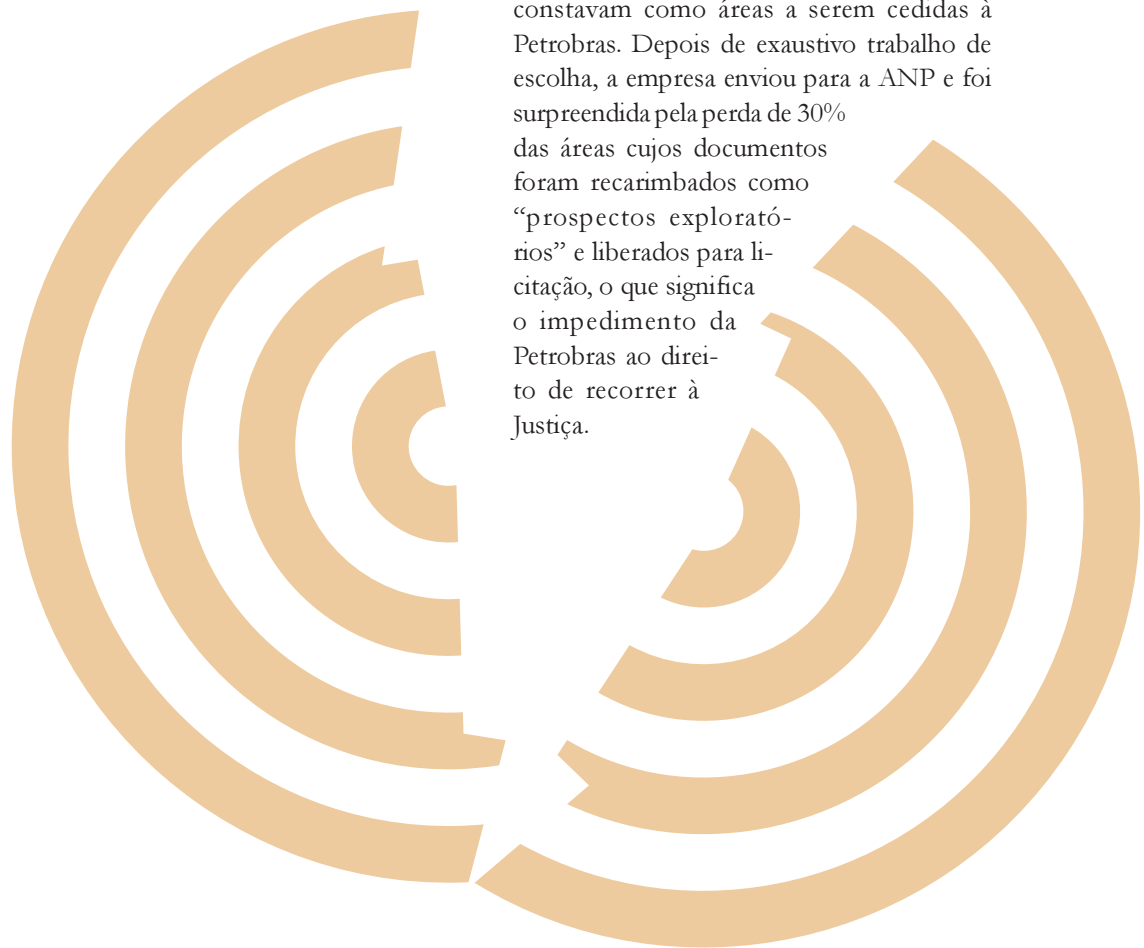
veis caíram para cerca de 4 bilhões. Por esta razão, o Brasil não tem perspectivas de grandes descobertas. Assim sendo, não podemos abrir mão das poucas que ainda nos restam.

O nosso consumo está hoje em cerca de 2 milhões de barris por dia ou 730 milhões barris por ano. A Petrobrás, atendendo solicitação do governo, com vistas a sustentar o superávit primário, está exportando petróleo de forma crescente e programa exportar um milhão de barris por dia, em 2006, perfazendo um total de esgotamento das reservas em 1,1 bilhão de barris por ano. Em 10 anos, teríamos consumido dois terços das nossas reservas, voltando à condição de dependência externa.

Como o Brasil nunca será um grande produtor de petróleo porque sua geologia é adversa, na qual a maior parte da área sedimentar é ocupada por bacias de idade Paleozóica, a política de exportação é suicida para o país. Segundo classificação do geólogo H.D. Klemme, o potencial petrolífero dessas áreas é menor que 1% da reserva mundial. Isto significa que não temos petróleo para exportação.

## Visão estratégica

No governo FHC, o Ministério de Minas e Energia mandou a Petrobrás selecionar 133 blocos, os quais, de acordo com os relatórios, constavam como áreas a serem cedidas à Petrobrás. Depois de exaustivo trabalho de escolha, a empresa enviou para a ANP e foi surpreendida pela perda de 30% das áreas cujos documentos foram recarimbados como “prospectos exploratórios” e liberados para licitação, o que significa o impedimento da Petrobrás ao direito de recorrer à Justiça.





Ao ter controle sobre as suas reservas, o governo poderia controlar a inflação, uma vez que a Petrobras tem condições de ditar os seus próprios preços ao mercado, sem atrelar mais o aumento à cotação internacional. Seria a volta à missão da empresa, que foi criada com o objetivo de abastecer o consumo interno ao menor custo para a sociedade. O trabalhador brasileiro, cujo salário mínimo é de US\$ 80, paga pelo gás de cozinha o mesmo preço que um trabalhador de primeiro mundo, cujo salário mínimo é superior a US\$ 1.200.

Por esta razão, a política neoliberal que vem sendo aplicada na administração brasileira, desde o início da década de 90, é equivocada e lesiva ao país, porque só beneficia os grandes conglomerados. O povo brasileiro só tem a perder porque o preço do petróleo alto significará que pagaremos mais caro pelo produto, já que voltaremos à condição de país importador, por causa de um insumo obrigatório na cadeia produtiva.

### Ferindo a Constituição

O petróleo é o principal componente da matriz energética do planeta. É dele que saem importantes derivados, como a gasolina, o diesel, o gás de cozinha, querosene de aviação e para a petroquímica, gerando produtos das mais variadas utilizações, como brinquedos, insumos para produtos industriais, remédios, vasilhames e roupas. Por isso, o petróleo é tão disputado e motivo para se fazer guerra.

Enquanto isso, a Agência Internacional de Energia (AIE) e a ASPO (*Association for the Study of Peak of Oil and Gas*) alertam que o petróleo enfrentará um novo choque em 2010, quando chegará a US\$ 50 e – o mais grave – em 2015, ao chegar no pico de produção mundial e o barril ser vendido a US\$ 100.

Além disso, as multinacionais estão revenendo para baixo as suas reservas por ordem da SEC (a CVM norte-americana). A Shell reduziu em 24%, a El Paso (33%), a Enron (30%) e até o México (36%), trazendo de volta o receio do esgotamento das reservas mundiais. Esta situação pode ser atenuada se o governo assumir, efetivamente, o controle sobre as nossas reservas.

A demanda crescente da China (e da Ásia como um todo), juntamente com as crises no Oriente Médio fazem com que a preocupação com a oferta seja cada dia maior. Os atendidos na região mostram que o mundo caminha para conflitos mais profundos por causa do petróleo. E o governo precisa ter visão estratégica.

Apesar de a Constituição Federal, no seu artigo 177, garantir que o petróleo é monopólio da União, a Lei 9478/97, aprovada no governo FHC, contrariando a Constituição, permitiu a propriedade e a exportação do produto por parte da empresa que os produz.

Com isso, gerou uma grande distorção: uma lei ordinária ter mais força do que a Constituição Federal. A ANP também pune a Petrobras ao estabelecer três anos com possibilidade de mais dois (cinco anos) para pôr as reservas em produção, enquanto as multinacionais têm a vantagem de ter oito anos de prazo.

A 6ª Rodada de Licitação é um crime de lesa-pátria, pois está se colocando em licitação áreas com grande potencial de petróleo. O próprio secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tomalsquim, disse recentemente ao jornal eletrônico *Globo On Line* que o governo estava oferecendo às empresas estrangeiras o “filé mignon”.

### Vazão de recursos estratégicos

Esta política, imposta pelo cartel internacional, além de depauperar as reservas, retroage o país à condição de importador de derivados de consumo obrigatório. O governo brasileiro também não controlará o preço do produto, tendo de comprá-lo ao preço internacional, quando o Brasil já estará próximo da auto-suficiência.

Assim sendo, abrimos, de um lado, um canal de vazão de recursos estratégicos, o que, além do mais, compromete a nossa sobrevivência como nação soberana, impedindo a acumulação interna de capital, indispensável ao nosso desenvolvimento. Por outro lado, ao contrário do que aconteceu na vigência do monopólio, nenhum emprego qualificado foi criado e nenhuma tecnologia repassada. Nem mesmo houve formação de empresas nacionais.

Durante a vigência do monopólio, a Petrobras favoreceu a criação de mais de cinco mil empresas e de cerca de três milhões

de empregos, contribuindo para o desenvolvimento nacional. Sua eficiência foi reconhecida por dois prêmios máximos concedidos por organizações internacionais. A Petrobras foi importante também porque ela significou a economia de cerca de US\$ 300 bilhões em divisas, pela não importação de derivados e o recolhimento ao Tesouro Nacional de mais impostos do que todo o sistema financeiro.

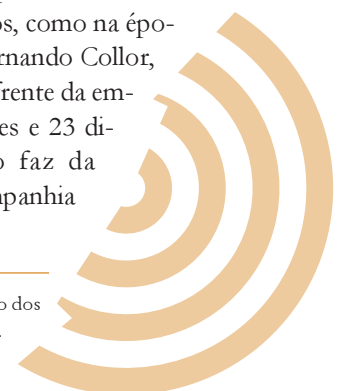
Este resultado altamente favorável para o país não irá acontecer se houver transferência de propriedade dos campos petrolíferos. Nos seus 50 anos, a Petrobras nunca deixou o país desabastecido, investindo cerca de US\$ 100 bilhões no setor petróleo, mais do que as 7 mil empresas transnacionais investiram no Brasil nos últimos 200 anos.

Após a flexibilização do petróleo, ocorrida no governo FHC, esta realidade mudou. Das 5 mil empresas brasileiras que sobreviveram das encomendas da Petrobras, gerando emprego no país, sobraram menos de 500. As empresas estrangeiras que vieram para o país não geraram qualquer posto de trabalho expressivo. Pelo contrário. O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio constatou o volume crescente de estrangeiros que estão entrando no país com visto de turista para trabalhar em plataformas, tirando emprego de brasileiros.

Além disso, a Petrobras alcançou o mais alto nível tecnológico, tendo recebido, por duas vezes, nos Estados Unidos, o prêmio OTC, da *Offshore Technology Conference*, pelo desenvolvimento de tecnologia em águas profundas. Este prêmio é o mais importante da indústria mundial do petróleo.

Isto demonstra que o Brasil tem todas as condições de explorar o seu próprio petróleo. Por isso, desde a sua criação, a Petrobras vem sofrendo pressão política para que não seja eficiente. Ela só conseguiu se manter em pé devido ao seu excelente corpo técnico que conseguiu se sobrepor aos interesses políticos mesquinhos, como na época do presidente Fernando Collor, na qual estiveram à frente da empresa seis presidentes e 23 diretores. Isto tudo faz da Petrobras uma companhia de sucesso. ■

\* Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.



CICLO DE DEBATES

# É preciso fazer o controle de capitais



## Retração

Para o professor da Unicamp, “já estamos assistindo a uma retração” e os cenários que ele traçou em sua palestra não são nada otimistas. Ele acredita que os interesses eleitorais irão prevalecer sobre o ponto de vista do Banco Central, o que tenderá a desarrumar



Ricardo Carneiro respondeu às perguntas do público

Implementar o controle sobre o fluxo de capitais e estabelecer taxas de câmbio múltiplas, uma voltada para o comércio e outra, mais dura, destinada ao mercado financeiro. Esta é uma das medidas que deveria compor um conjunto de políticas anticíclicas, capazes de tornar o Brasil menos exposto às crises e convulsões econômicas que vêm de fora.

A proposta foi apresentada pelo economista e professor Ricardo Carneiro, da Universidade de Campinas, em palestra realizada no último dia 28 de maio no auditório do Corecon-RJ. Ele é ex-membro da equipe econômica que elaborou o programa do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, e que, logo após a posse do novo governo, se afastou por divergências políticas em relação às orientações da equipe econômica do Governo Lula.

Carneiro é de opinião que o país perdeu excelente oportunidade de mudar os rumos da economia, logo após a posse de Lula, quando, na opinião do economista, as condições eram excepcionais para a concretização das mudanças que ele considera como necessárias nos rumos da economia brasileira. “Fazia tempo que o cenário internacional não era tão favorável”, comentou Ricardo Carneiro, acrescentando que “agora, tudo vai piorar com a contínua deterioração do cenário externo”.

as contas e criar dificuldades à execução da política monetária que vem sendo seguida pelo governo.

“Além disso, vamos ter um desfinanciamento significativo da conta de capitais”, disse Carneiro, lembrando que a discussão atualmente em curso na economia norte-americana é com respeito à velocidade em que se dará a alta na taxa básica dos juros, nos Estados Unidos. A sua previsão é de que a taxa de juros norte-americana vá bater em 4% ao ano, enquanto a Selic brasileira deverá, segundo suas projeções, recuar a, no máximo, 13% ao ano. “Isso deixará o país insolvente”, assinalou.

O professor da Unicamp alertou para a queda no consumo das famílias, que, conforme os dados do IBGE, caiu de 1,5% para 0,3% do PIB, o que revela a incapacidade da política atual em dinamizar a economia doméstica. Ricardo Carneiro chamou também a atenção para o problema dos estoques das dívidas interna e externa e da necessidade de sua renegociação.

## Ciclo terá Plínio de Arruda e Ouriques

O próximo debate a ser promovido pelo Conselho Regional de Economia e pelo Sindicato dos Economistas será realizado no próximo dia 29 de junho, às 18h30, e trará ao auditório da entidade o professor e economista Nildo Ouriques. Com doutorado pela Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), ele é professor do curso de pós-graduação em economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Organizador dos livros “No fio da navalha” (Editora Xamã), com críticas às reformas neoliberais do governo de FHC, e também de “Os 500 anos – a conquista interminável” (Editora Vozes), Ouriques vai abordar em sua palestra questões como o pensamento cativo, a política econômica do atual governo e a coincidência teórico-metodológica entre dois pensamentos que, aparentemente, se opõem: os desenvolvimentistas e os neoliberais.

## Verdadeira alternativa

Em julho, a série de debates terá continuidade com uma palestra do professor Plínio de Arruda Sampaio, uma das maiores autoridades do país sobre questões relativas ao campo e à reforma agrária. A palestra será no dia 14 de julho, no mesmo horário das 18h30, no auditório do Conselho, e o professor irá abordar a temática “Em que consiste uma verdadeira alternativa de desenvolvimento para o Brasil?”.

A série desses debates compõe o Ciclo de Debates organizado pelo Conselho, em parceria com o Sindicato dos Economistas. Tem por objetivo analisar as alternativas de que dispõe a sociedade brasileira para a superação das conseqüências decorrentes dos cenários políticos e econômicos vividos nos últimos 10 anos, no país, em decorrência das opções de política econômica que foram adotadas pelos governos. ■

“O choque externo está vindo. Se formos respeitar todos os contratos nos termos em que estão colocados vai-se fazer o mesmo que vinha sendo feito pelo governo anterior”, disse. ■

GOVERNO LULA Luiz Antonio Mattos Filgueiras\*

# Nos passos de FHC

Apresentamos, a seguir, um resumo editado da palestra proferida pelo professor e diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia Luiz Antonio Mattos Filgueiras, em maio último, na série de debates que o Corecon-RJ e o Sindicato dos Economistas estão promovendo, em busca de subsídios e abordagens sobre os rumos da política econômica em curso no Governo Lula.

O que vou fazer é tentar mostrar em que profundidade e em que direção vai o Governo Lula, do ponto de vista da política econômica, com relação ao governo Fernando Henrique. E quais são os impasses e as contradições que esse tipo de política pode levar para o futuro e as possibilidades de crescimento do Brasil.

Na realidade, sabemos que o Governo Lula, no início, colocou a manutenção da política econômica do governo FHC como supostamente uma fase de transição, para depois trocar essa política por uma outra, que seria a política econômica do PT e do Lula. No entanto, particularmente, não acreditei, desde logo, que aquilo poderia ser uma política de transição, pois a transição é uma coisa muito simples.

O conceito de transição significa sair de um ponto ao outro, mudança no espaço e no tempo. Caminhar de um ponto em direção ao outro. A política econômica (do Governo Lula) não caminhou para lado nenhum, ela se manteve. Era a mesma política econômica, não teve nenhum avanço que indicasse algum tipo de mudança para sair daquele ponto, que era a política do FHC, para atingir outro ponto, que seria, teoricamente, a política do PT e do Governo Lula.

O que se viu foi uma repetição da política econômica, com agravante: ela foi radicalizada, aprofundada, de uma forma muito mais dura do que FHC vinha fazendo, já no seu segundo mandato. E o argumento sobre isso era exatamente a herança do governo FHC, uma herança maldita. É sintomáti-

co o título do editorial da Veja de semanas atrás – A herança bendita, elogiando muito o governo Lula e dizendo o que era a herança que este governo pegou e a que vai deixar para os próximos governantes.

## Ajuste fiscal, vulnerabilidade e déficit

De fato, tem uma herança muito ruim, uma herança maldita, mas que não se poderá avançar se mantiver os mesmos pressupostos, a mesma política econômica que levou a essa herança. Ou seja, não se tem condição de romper com essa herança se ela se reproduz através da adoção das mesmas políticas. Quais são as verdades fundamentais dessa herança, do ponto de vista estrutural? É a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do setor público.

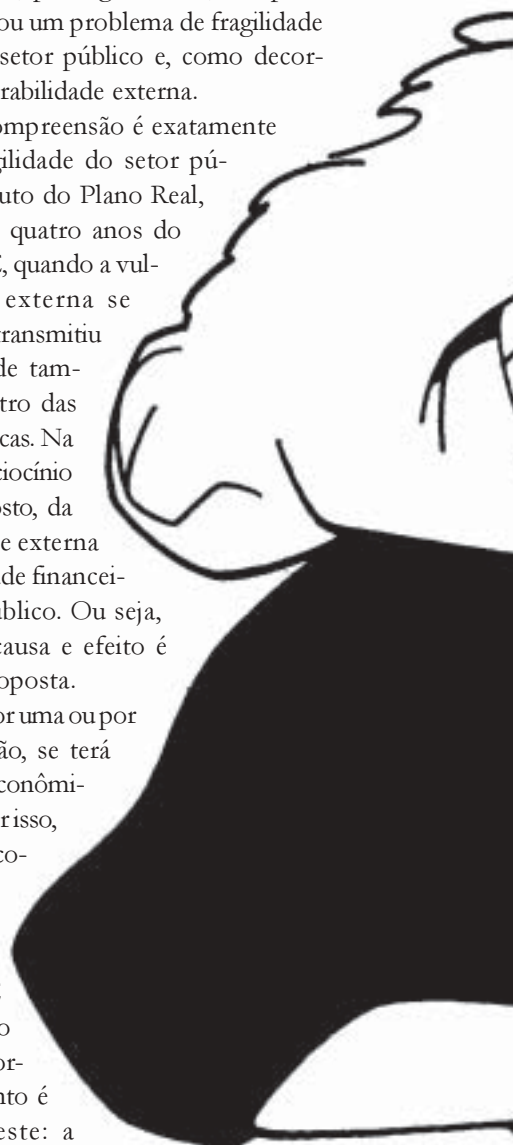
Na realidade, esse debate é antigo e começou a ser feito logo no início do Plano Real. É a história dos déficits gêmeos, o déficit do setor público e o externo, no balanço de pagamento, e a relação do déficit público com o da balança comercial. Dependendo de como se observa essa relação, é possível tirar conclusões diferentes.

Os economistas da ortodoxia econômica enxergam, ou enxergaram desde o início, que o déficit da balança comercial ou do balanço de pagamento e a vulnerabilidade da economia brasileira são decorrentes do déficit público. Ou seja, o governo gastou muito e não arrecadou o suficiente para cobrir os seus gastos. Portanto, fez um déficit enorme que se refletiu na balança comercial e no balanço de pagamento.

O raciocínio sempre parte da relação de causa e efeito do déficit público para a vulnerabilidade externa. Ou seja, porque os governos foram, por alguns anos, irresponsáveis, isto gerou um problema de fragilidade financeira no setor público e, como decorrência, a vulnerabilidade externa.

A nossa compreensão é exatamente oposta: a fragilidade do setor público foi produto do Plano Real, dos primeiros quatro anos do Governo FHC, quando a vulnerabilidade externa se aprofundou e transmitiu uma fragilidade também para dentro das finanças públicas. Na realidade, o raciocínio deve ser o oposto, da vulnerabilidade externa para a fragilidade financeira do setor público. Ou seja, a relação de causa e efeito é exatamente a oposta.

Ao optar por uma ou por outra explicação, se terá uma política econômica diferente. Por isso, esta política econômica que o Governo Lula está fazendo – igual à do FHC – é centrada no ajuste fiscal, porque o argumento é exatamente este: a





## Não se tem condição de romper com essa herança se ela se reproduz através da adoção das mesmas políticas. Quais são as verdades fundamentais dessa herança, do ponto de vista estrutural? É a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do setor público

falta do ajuste fiscal, que não foi feito suficientemente pelo governo FHC, é o elemento central da vulnerabilidade externa.

A solução é fazer esse ajuste o mais duro possível, reduzir a relação da dívida pública com o PIB, de tal maneira, que dê credibilidade aos investidores internacionais, e isso levará à queda da vulnerabilidade, à melhoria das condições internacionais do país. Portanto,



tudo é centrado na fragilidade financeira do setor público, no ajuste fiscal.

### Perda de autonomia

O pior de tudo isto é que na política econômica que brota dessa vulnerabilidade externa e da fragilidade financeira do setor público não se tem capacidade de utilizar os instrumentos de política econômica. Isso porque a política monetária fica dependendo da taxa de juros internacional, e a taxa aqui, do Brasil, vai depender da entrada e saída de capitais, do movimento livre de capitais. É esse movimento livre de capitais que vai definir a taxa de juros interna.

Portanto, a nossa taxa de juros depende da taxa internacional mais o chamado risco Brasil, que depende dessa mobilidade de capitais para dentro e para fora do país. Ou seja, se perdeu completamente a possibilidade de se fazer política monetária com autonomia, a partir das necessidades da economia brasileira e do país. A rigor, a taxa de juros não é controlada pelo Banco Central porque ela tem uma dependência dessa movimentação de capitais, na medida em que FHC, desde o início de seu governo, engatou o mercado financeiro brasileiro com o internacional. E, ao engatar, fez esse fluxo de livre mobilidade de capitais, que acaba definindo até onde vai a taxa de juros, o piso, o teto e a movimentação que ela vai ter ao longo

dos diversos períodos. Em momentos em que desaparece uma crise internacional, essa taxa de juros vai caindo, mas sempre tem um piso que é definido por essa livre mobilidade de capitais. Não se tem capacidade de fazer política monetária em função da necessidade do país.

Por outro lado, a partir do segundo governo de FHC perdeu-se a capacidade de fazer política fiscal. A assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de 1999, implicou em colocar como central da política econômica o superávit fiscal primário. Isso inviabilizou qualquer política fiscal. O último exemplo é o salário mínimo: só 20 reais (de reajuste) porque senão vai estourar as finanças da Previdência.

Perdeu-se a política monetária, a fiscal e a política cambial, que também nunca teve autonomia. A gravidade do problema é que com vulnerabilidade externa, com a fragilidade financeira do setor público e com esse modelo econômico - e sua continuação - perdeu-se a autonomia e soberania na implementação da política econômica.

### Balança comercial

No período pré-Plano Real, a balança comercial resultou positiva em US\$ 60 bilhões. No primeiro Governo FHC, a balança ficou negativa em US\$ 22 bilhões. No segundo, deu uma recuperada, ficando em US\$ 13 bilhões positivos. Essa situação começou a mudar um pouco a partir do segundo Governo FHC.

De 1995 a 2001, a balança foi tendo déficit e, só em 2001, é que começou a recuperar. Essa melhora se deu em função da crise cambial de 1999, tempo em que a taxa de câmbio se desvalorizou e a balança comercial começou a melhorar de novo.

Lula, quando assumiu em 2003, já pegou esse movimento e que, no ano, resultou em US\$ 24 bilhões de saldo positivo na balança. Este ano (2004) também vai chegar por aí. A melhora, contudo, não tem nada a ver com a política econômica. O desempenho da balança comercial brasileira é fruto de elementos internacionais.

A política econômica de FHC, a partir de 1999, optou por uma política de elevado superávit fiscal. Depois de então, o superávit anual sempre esteve acima de 3% para tentar reduzir a relação Dívida/PIB.

Qual foi o impacto desse tipo de política econômica no desempenho da atividade

produtiva do país? Antes do Real, em 94, (a economia) teve um crescimento de 5,85% e depois começa, em dezembro, a crise cambial no México, tempo em que o governo teve que aumentar a taxa de juros e começar a trancar a economia. O PIB vai caindo, em 1997 melhora um pouco, mas entra a crise cambial (em 98), que estoura na crise de janeiro de 99, para depois ter um leve melhora, de 4,36%, em 2000.

Com esses valores, percebe-se que a herança do governo FHC para Lula foi realmente terrível. A vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira são duas questões estruturais fundamentais, deixadas como herança para o Governo Lula.

De fato, o Governo Lula assumiu em uma situação bastante complicada, embora não seja consenso total de que essa situação fosse realmente complicada. Mas ela fez com que o governo realmente realizasse, logo de cara, uma política de transição. E essa política de transição foi exatamente no sentido de tentar buscar a redução da vulnerabilidade externa e a redução da fragilidade financeira do setor público, de tal maneira que (o governo) recobrasse os instrumentos de política econômica, que pudesse atuar com a política monetária, fiscal e cambial, a partir do enfrentamento dessas duas questões estruturais. Isso era o que a gente esperava, mas não foi isso que foi feito.

As políticas sociais focalizadas – tipo Banco Mundial, em que se escolhe o mais miserável dos pobres para ficar acima da linha da pobreza – são funcionais na medida em que, com superávit fiscal elevadíssimo, não se tem como gastar, não se pode ter políticas universais, mas, sim, a social focalizada. E o drama dessa política social na saúde, por exemplo, é mortal; escolhe-se quem morre e quem não morre. O mesmo ocorre com a educação, onde se escolhe que aprende ou não.

Essa política social focalizada é um subproduto desse superávit fiscal, do crescimento da dívida pública. Há um artigo de um professor da UFRJ que fala que o Governo Lula não tem plano B, mas o sim o A+, a mesma política

A nossa compreensão é exatamente oposta: a fragilidade do setor público foi produto do Plano Real, dos primeiros quatro anos do Governo FHC, quando a vulnerabilidade externa se aprofundou e transmitiu uma fragilidade também para dentro das finanças públicas



A rigor, a taxa de juros não é controlada pelo Banco Central porque ela tem uma dependência dessa movimentação de capitais, na medida em que FHC, desde o início de seu governo, engatou o mercado financeiro brasileiro com o internacional

Qual a herança deixada por FHC do ponto de vista conjuntural? O câmbio começou, a partir de abril de 2002, a disparar e, em cima dos problemas estruturais e objetivos, mais o processo eleitoral, houve uma grande especulação financeira. Em junho, Lula escreveu a Carta ao Povo Brasileiro, para tentar dar uma acalmada e dizer que, se eleito, manteria os contratos. Essa disparada no câmbio levou à sua desvalorização, à fuga de capitais e o risco Brasil aumentou, chegando a 2.400 pontos.

Evidentemente, essa situação conjuntural se refletiu na inflação. Em 2002, em relação a 2001, a inflação deu um salto. O controle inflacionário, a única conquista do governo FHC, foi entregue ao sucessor também em perigo. Além dos problemas estruturais, FHC deixou uma conjuntura extremamente volátil e com a pressão inflacionária extremamente grande.

### Ajuste com desemprego

Quando a gente diz que Lula radicalizou a política econômica não é um chavão, é um fato. Todos os indicadores apontam para essa radicalização. Na questão fiscal, por exemplo, isso é claro.

Têm dois documentos básicos do Ministério da Fazenda, um deles é intitulado “Política econômica e reformas estruturais”. Argumenta que o governo FHC foi irresponsável, não fez superávit fiscal necessário durante o seu mandato, mas que eles agora iam fazer e resolver definitivamente, do ponto de vista estrutural, as contas públicas, fazendo sucessíveis superávits fiscais de 4.25%.

Mas quem faz previsões com esses valores não quer mudar política econômica nenhuma. Em junho saiu outro documento, “Gastos sociais do Governo Federal”, que é toda a discussão sobre a política social focalizada. Por essa razão, esses dois documentos são complementares.

radicalizada, intensificada. A maior política social que tem nesse país há muitos anos chama-se a Previdência Social Rural. Mas o governo, na época da Reforma da Previdência, disse que a Previdência do setor privado tinha um déficit de R\$ 17 bilhões (R\$ 14,7 bilhões com aposentaria de trabalhador rural).

É um programa social do mais alto valor. Por exemplo, a maior parte de municípios do Nordeste senão tivesse esse programa de previdência social tinha desaparecido. Essa política social focalizada é impressionante, é uma imitação da política FHC, mas está sendo feita de forma mais incompetente do que vinha sendo feita antes.

Como resultado da política econômica de Lula, em 2003 o PIB caiu 0,2% e o PIB *per capita* 1,5%. Se fizer uma média, tendo 1990, com o Collor, quando começaram as políticas liberais, até 2004, são 14 anos com essas políticas liberais. ■

ARTIGO DO LEITOR Washington Barbeito\*

# A ditadura macroeconômica



**A**s ditaduras, como quase todas as formas de Estado, possuem muitas faces: ditadura de direita, ditadura de esquerda, ditadura do proletariado, ditadura militar, e por aí vamos numa quase interminável citação.

A ditadura macroeconômica, porém, parece novidade, quer no mundo político, quer no da economia. Ela se origina do famoso “Consenso de Washington”, que estabeleceu uma série de condições, a maioria condições macroeconômicas, para os países emergentes tentarem sair destas armadilhas da economia e alcançar o estrelato do “G-7” – grupo de países desenvolvidos.

Pois bem, definido o cenário, vamos sucintamente analisar o nosso desempenho dentro desta armadura, a qual pacificamente aceitamos e a envergamos há mais de uma década, com obstinação.

As recomendações macroeconômicas básicas foram no sentido de eliminação da inflação e do déficit fiscal, com o capital estrangeiro sendo a principal fonte de investimento na economia, de forma geral.

Esta armadura não considerou variáveis importantes no cenário microeconômico, como: produção, renda, consumo, investimento interno, empregos, salários e, finalmente, a tão esperada distribuição de renda. Essas variáveis sempre foram consideradas pela economia clássica, a partir da década de 1960.

Baseando-nos nas comparações feitas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe, nos períodos de 1945/1980 e 1980/2000, sem, porém, nos cingirmos a elas, temos o seguinte cenário:

- Inflação de 20% no primeiro período e de mais de 100% no período seguinte, até 1990;
- As exportações cresceram em média três vezes e as importações mais que dobraram e criaram um grande déficit comercial;
- Alguns países, inicialmente, pareceram ir bem, destacando-se a Argentina, até 1990, com expressivo crescimento;
- O aumento da renda *per capita*, que no primeiro período era de 3% a 4%, caiu para 1% a 2%, considerado o conjunto da América Latina;

• A distribuição de renda piorou e a pobreza aumentou, o que foi desalentador.

Apesar deste quadro sombrio, a ditadura macroeconômica continuou, contudo, a prevalecer até os dias de hoje. Alguns países já foram ao fundo do poço, e agora retornam com outras idéias, nem sempre perfeitas.

É impressionante a manutenção da disciplina fiscal e do controle da inflação na esperança de atrair investidores internacionais. Enquanto houver investimentos já maturados e “garantias” de rentabilidade eles virão; depois não mais.

No México, exemplo da adoção desta ditadura, seu produto interno bruto caiu continuamente, nos últimos anos. Fábricas foram desativadas, aumentando o exército de desempregados. A moeda – o peso – mantém até hoje uma sobrevalorização avaliada em mais de 30%. Os financiamentos internos quase desapareceram. Em resumo, o setor produtivo está sendo sacrificado em prol do controle da inflação e do déficit das contas. As vozes do México já começam a soar, pedindo ou exigindo mudanças nas regras.

A Argentina é o mais recente exemplo do fracasso desta política. A ditadura macroeconômica continuou soberana até o desgaste final e, agora, a Argentina tenta sair do caos criado pela adoção dessas políticas, oferecendo o pagamento de sua dívida externa com um corte de 75% aos credores privados.

No Brasil, a exportação vem crescendo expressivamente, ajudando a conseguir grandes saldos comerciais que perversamente contribuem para a desvalorização do dólar, que apesar de ajudar para o pagamento da dívida externa, nos colocará numa situação adversa, que certamente virá.

Há uma necessidade crescente nesses países de reformar o consenso, aliviando a ditadura macroeconômica.

É claro para o observador constatar que não é viável a sustentação dessa política em detrimento do emprego, da renda e da consequente distribuição de renda.

Uma política só é boa quando ela beneficia a maioria do povo, aumentando suas rendas e seus empregos. ■

\*Economista.  
Correio: wvasc@transroll.com.br

POLÊMICA

# Afinal, quanto o Rio

## Os gastos do Rio

Paulo Bastos Cezar\*

*Recentemente, nas páginas do JE, instalou-se o debate: na cidade do Rio de Janeiro os governos priorizam de fato a educação básica pública e gratuita?*

**P**ara avaliar o desempenho do Estado, do Município e do Governo Federal em educação, resumimos no Quadro I o número de matrículas nas redes de escolas públicas em cada um dos segmentos pedagógicos.

Enquanto a oferta de matrículas nas redes estadual e municipal cresceu no último quadriênio, as escolas federais cancelaram uma em cada três vagas que ofereciam. Ainda que seu peso seja reduzido (1,9% em 2003), é melancólico constatar a progressiva desativação dessa rede tradicional e de qualidade.

A rede estadual, que havia se expandido entre 2000 e 2002, também se retraiu em 2003: cancelou 6.650 vagas, especialmente em creches, pré-escola e ensino fundamental. Além disso, desde 2000 desapareceram 23 mil vagas na educação de jovens e adultos nas escolas estaduais.

### Expansão da rede

Apenas a rede municipal de ensino continuou se expandindo em todo o período. Na educação de jovens e adultos, o município vem progressivamente assumindo um papel que era do estado. Na educação infantil, cresceu em 27,8% o número de crianças de quatro e cinco anos atendidas na pré-escola.

Nos últimos três anos, a rede municipal ofereceu em média 10 mil novas matrículas por ano, mas com a retração das redes estadual e federal, a oferta total do ensino público ficou estagnada em 2003. Se podemos nos consolar com a multiplicação de tele-salas e de cursos chamados de “semi-presenciais”, verificada nos últimos anos, é uma pergunta que cabe aos educadores responder.

As despesas do município nos últimos anos com a manutenção e desenvolvimento do ensino (pessoal, custeio e investimentos) revelam uma expansão em termos reais ao longo de todo o período. Para cada R\$ 100 despendidos em 2000, em educação, foram aplicados R\$ 126 em 2003.

A Constituição brasileira fixa em 25% os gastos mínimos em educação por parte dos entes da Federação. Os dados revelam que a Prefeitura do Rio aplica em educação mais de um terço das receitas de impostos e transferências, e que essa participação cresceu ao longo de todo o período.

**QUADRO I - EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**  
Alunos matriculados em escolas públicas segundo a dependência administrativa

Dependência	Ano	Creche <sup>(1)</sup>	Pré-Escola e Ensino Fundam. <sup>(2)</sup>	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total	2000 = 100
Estadual	2000	nd	44.261	195.609	416	72.899	313.185	100
	2001	274	41.575	218.585	418	53.058	313.910	100
	2002	270	36.825	233.225	456	55.089	325.865	104
	2003	231	36.148	232.390	460	49.986	319.215	102
Federal	2000	nd	11.420	11.222	795	7.251	30.688	100
	2001	133	11.240	9.769	778	3.252	25.172	82
	2002	113	11.101	9.186	507	1.806	22.713	74
	2003	123	10.367	8.679	708	362	20.239	66
Municipal	2000	nd	679.699	0	3.575	11.661	694.935	100
	2001	19.536	678.395	0	4.034	15.568	717.533	103
	2002	19.686	679.407	0	4.489	23.062	726.644	105
	2003	19.775	683.989	0	5.159	26.349	735.272	106
Total	2000	nd	735.380	206.831	4.786	91.811	1.038.808	100
	2001	19.943	731.210	228.354	5.230	71.878	1.056.615	102
	2002	20.069	727.333	242.411	5.452	79.957	1.075.222	104
	2003	20.129	730.504	241.069	6.327	76.697	1.074.726	103

Fonte: INEP/MEC

<sup>(1)</sup> Não inclui creches comunitárias mantidas por transferências do Município

<sup>(2)</sup> Inclui matrículas em classes de alfabetização

Desde que Pedro Ernesto implantou, na década de 1930, as bases de uma grande rede pública de ensino, os governantes do Rio – uns mais, outros menos – têm acreditado nessa prioridade. Hoje a Prefeitura do Rio é a única, em todo o Brasil, a assumir integralmente os encargos do ensino

*Artigos a respeito dos gastos da prefeitura do Rio em educação, publicados nas edições do JE de janeiro, fevereiro e março, causaram polêmicas entre economistas, leitores e colaboradores do jornal. Sem querer interromper ou cercear o debate, muito pelo contrário; mas tam-*

fundamental. Não consigo vislumbrar caminho mais adequado para que um município possa contribuir, a médio e longo prazo, para um processo de desenvolvimento com equilíbrio social. ■

\* Economista

# investe em educação?

*bém buscando garantir os espaços limitados do jornal para a abordagem de outros temas, que não somente a educação e as questões municipais, publicamos nestas páginas dois artigos com campos de visão opostos. O leitor, certamente, irá retirar suas próprias conclusões.*

**M**ais uma vez o economista e funcionário da prefeitura, autor do artigo da página ao lado, tenta levar o debate sobre a insuficiência dos meios orçamentários para a educação no Rio de Janeiro a uma insólita disputa entre as esferas governamentais.

A quem interessa o debate?

No primeiro caso, a qualquer cidadão preocupado com os destinos do povo carioca e que vislumbra a educação como um caminho de superação da desigualdade social. Já o segundo caso, da disputa, interessa somente aos partidos políticos que ora nos governam, para uso eleitoral.

Será que alguém – com um mínimo de distanciamento crítico e independência política – pode afirmar que a educação tem um tratamento adequado e suficiente em nossa cidade, como se existisse uma “ilha de tranquilidade” em meio ao caos e cenário dantesco?

O contraditor tenta responder nosso questionamento, se as dotações orçamentárias municipais são uma prioridade da prefeitura. Antes de analisarmos os números, o *Aurélio* nos ensina que prioridade é a “preferência conferida a alguém com preterição de outros”. Assim sendo, a priorização de uma ação governamental não se restringe apenas à análise horizontal (evolução), mas também deve ser confrontada com a vertical (entre gastos diferentes). Analisemos os dados fornecidos pelo artigo ao lado e pela própria prefeitura.

## Educação X publicidade

Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, de 2001 a 2003, cresceram em 19%, traduzidos, segundo o missivista, pela

## Onde está a prioridade ?

Equipe Fórum Popular de Orçamento

*Se seus projetos são para um ano, semeia um grão. Se são para 10 anos, planta uma árvore. Se são para 100 anos, instrui um povo. (Kwaw Tzú)*

expansão da educação infantil, oferta de vagas gratuitas no ensino médio e admissão de novos professores. Pois bem.

Qual é a preferência da atual gestão entre ensino *versus* publicidade? O gráfico abaixo, com a respectiva evolução percentual, responde.

Claro está que as dimensões dos valores gastos entre as ações são grandes, e a disparidade também!

Outra questão é sobre a insuficiência da oferta de vagas na rede pública, tanto das creches quanto do ensino médio. No caso das creches, a situação é tão crítica que o Ministério Público move ação, no sentido de obrigar a prefeitura a elevar o quantitativo de vagas ofertadas.

Assim como o desprezo pelo ensino médio público é revoltante, nos dois casos o governante do Rio indica a receita neoliberal da terceirização financiada pela redução do ISS, implantada no ensino médio e proposta para as creches. Medida ineficaz já aplicada e que estimula o favorecimento eleitoral e/ou financeiro.

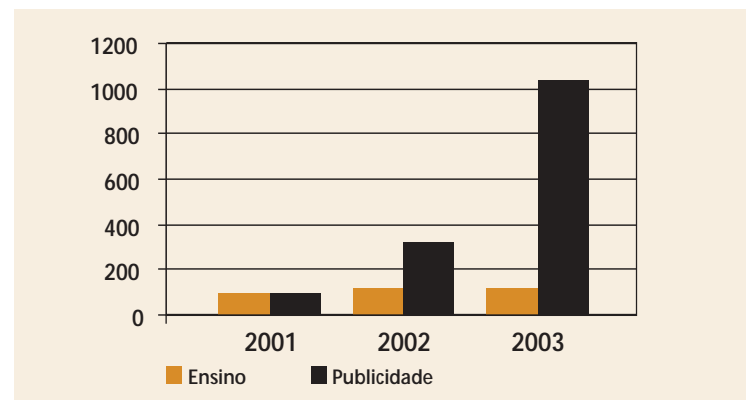
Por outro lado, a supressão de recursos tributários acarreta em diminuição no volume de receitas passíveis de destino à ampliação da rede pública. Desta forma, a rede municipal não se amplia – só troca a natureza de propriedade da vaga.

## Perversão de prioridade

Já a admissão de quase 11 mil professores é medida digna de aplauso. Mas, cabe questionar: quantos foram exonerados no mesmo período? Ou melhor, é possível afirmar que não faltam professores nas escolas municipais? Aliás, sobre os vencimentos dessa categoria pedimos licença

ao escritor Luis Fernando Veríssimo para adaptar o artigo publicado em março de 2000, referente ao salário mínimo – tragicamente atual.

Um vencimento maior para o professorado desarruma as contas públicas, compromete



te as finanças municipais, inviabiliza o Rio de Janeiro e provavelmente aumentaria a calvície do prefeito. Quem prega um vencimento maior, o faz por demagogia, oportunismo político ou desinformação. Sérios, sensatos, adultos e responsáveis são os que defendem o atual patamar possível de cerca de três salários mínimos, nas circunstâncias, mesmo reconhecendo que é pouco.

A responsabilidade fiscal se deve à tenacidade com que homens honrados e capazes, resistindo a apelos emocionais, mantêm uma política educacional solidamente fundeada na desvalorização do professor e numa admirável coerência baseada na desinformação dos outros.

É comum perguntar aos “inocentes” que querem ver a remuneração dos professores elevada de onde viria o dinheiro. Mas o problema é justamente a perversão de prioridades que impede o aumento real, essa monstruosidade crônica que embasa o nosso cotidiano e a nossa antilógica.

Ensino público de qualidade para todos é o caminho. Só que não é trilhado. ■

# Crédito 1 minuto

## Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)



Governo do  
Rio Grande do Sul  
PTSDO CRT TRAMINA UNID

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# De olho no esporte e lazer do Rio

O acompanhamento da execução orçamentária de 2004 para alguns programas da Secretaria de Esporte e Lazer demonstra que a preparação para os jogos Pan-americanos tem sido prioridade, preterindo-se, inclusive, atividades do desporto comunitário na cidade do Rio de Janeiro.

O programa de trabalho “Jogos Pan-americanos de 2007”, que visa ações preparatórias para a realização dos jogos em 2007, tem apresentado uma execução orçamentária compatível com o que fora estabelecido pela Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada em 26/12/2003.

A partir do quadro abaixo, analisamos a evolução orçamentária deste programa, em 2004, comparando-a com o realizado em 2003. Para este ano, este programa detém dotação inicial de R\$ 30.562.851,00. Até 20 de maio último, já haviam sido empenhados R\$ 17.325.089,47, o equivalente a 56% da dotação autorizada.

Outros programas da secretaria, contudo, não possuem o mesmo ritmo de execução. É o caso do “Fornecimento de Bolsa-Esporte”, que tem como objetivo dar apoio financeiro ao aluno de baixa renda da rede pública municipal para a prática do esporte e cuja meta de atendimento é de 1.100 alunos. Ou do programa “Infra-estrutura Esportiva em Praças”, cujo objetivo é promover atividades esportivas e culturais através da remodelação de 30 praças, que seriam dotadas de quadras polivalentes e equipamentos comunitários. Ambos os programas não apresentavam qualquer execução orçamentária até 20 de maio último.

### Corte nas verbas

O quadro abaixo faz uma comparação evolutiva entre os três programas analisados. A partir dele, podemos observar que, através do decreto nº 24.191, de 14/05/2004, o “Bolsa-Esporte” apresentou cancelamento de R\$ 135.000,00 de sua dotação inici-

al, que era de R\$ 318.000,00. Ou seja, o programa perdeu 42,45% dos recursos planejados, sendo que nada do saldo foi ainda utilizado. Este mesmo decreto beneficiou a rubrica “Eventos Esportivos e Olímpicos”, cuja meta é a formação de 100 atletas em modalidades olímpicas.

No programa “Infra-estrutura Esportiva em Praças” a dotação inicial foi de R\$ 993.750,00, sendo R\$ 90.000,00 provenientes de contra-partida de recursos do Governo Federal. Daquela dotação, o poder executivo cancelou R\$ 899.000,00 e contingenciou R\$ 94.750,00, não executando nada até o presente momento.

Os exemplos citados acima comprovam um maior esforço por parte da prefeitura para a realização dos projetos e atividades voltados ao Pan, em detrimento do desporto comunitário. Tal procedimento é confirmado nas alterações orçamentárias recentes. A despeito dessa relativa prioridade para os “Jogos do Pan” as notícias veiculadas na grande mídia são de paralisações e atrasos nas obras pertinentes. ■

### A injustificável propaganda

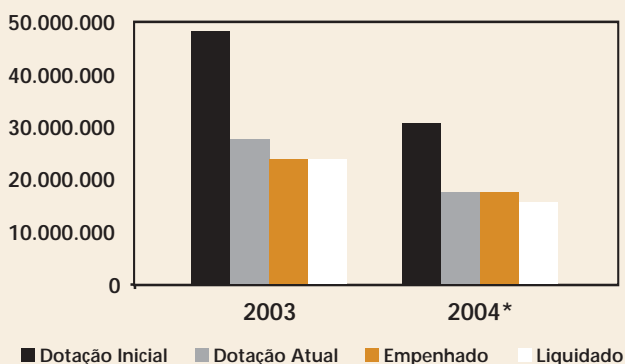
No dia 25 de maio último o *Jornal do Brasil* veiculou matéria sobre a verba de publicidade da prefeitura, com dados fornecidos pelo FPO. Nela, o prefeito acusa que o “Fórum Popular do Orçamento é um posto avançado do PT e não merece credibilidade nenhuma”. Infelizmente o JB não publicou a nossa resposta, cuja versão, resumida, é a seguinte:

O Fórum Popular do Orçamento do Rio (FPO-RJ) existe desde 1995, foi fundado por Betinho e sua coordenação é composta por quatro organizações: Corecon-RJ, Pacs, Ibase e Idesp. Além dessas, existem mais de 40 entidades da sociedade civil interessadas na transparência das contas públicas e na democratização do processo orçamentário. Enfim, o exercício da cidadania.

A distribuição de cartilhas formativas, honrosamente prefaciadas pelo saudoso Barbosa Lima Sobrinho e solicitadas por cidadãos, entidades e órgãos públicos, inclusive da própria prefeitura do Rio, é um exemplo da nossa atuação.

Dizer que o FPO-RJ é um posto avançado do PT, simplesmente pelo fato deste tornar transparente e público a execução orçamentária, além do despautério, significa não reconhecer os fatos. A reportagem serviu-se de dados públicos, fornecidos pela Prefeitura. ■

Evolução Anual do Programa Jogos Pan-Americanos 2007, em Reais.



2004*	Jogos Pan-Americanos 2007	Fornecimento de Bolsa Esporte	Infra-Estrutura esportiva em praças
Dotação Inicial	R\$ 30.562.851,00	R\$ 318.000,00	R\$ 993.750,00
Cancelamentos	R\$ 7.448.168,00	R\$ 153.000,00	R\$ 899.000,00
Acréscimos	R\$ 6.204.630,00	0,00	0,00
Contingenciado	R\$ 11.814.771,00	0,00	R\$ 94.750,00
Dotação Atual	R\$ 17.504.542,00	R\$ 183.000,00	0,00
Empenhado	R\$ 17.325.089,47	0,00	0,00
Liquidado	R\$ 15.542.639,20	0,00	0,00

\*Os valores são referentes ao que foi gasto até o dia 20 de maio

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espínola, Luiz Mario Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

# Corecon responde a Elio Gáspari

**E**m nota intitulada “Falta de educação” e enviada aos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro respondeu ao artigo publicado nestes diários, na edição dominical do último dia 6 de junho, pelo jornalista Elio Gáspari.

Na página dominical que o jornalista publica naqueles jornais, é relatada uma denúncia do economista Fernando Alberto Lopes Meza, recheada de informações distorcidas e que escondem a verdade dos fatos transcorridos.

Na nota, o Corecon-RJ não só rebate as informações, como assinala o fato de o jornalista ter assumido a versão do denunciante, sem, em nenhum momento, procurar a direção do Conselho para o esclarecimento dos fatos ou, pelo menos, como recomenda a prá-

tica e a ética jornalística, dar espaço ao denunciado para que este também tenha o direito de apresentar a sua versão.

É a seguinte a íntegra da nota do Corecon-RJ enviada ao jornalista Elio Gáspari. ■

O Corecon-RJ tem como finalidade a fiscalização do exercício da atividade profissional do economista e o faz em defesa da sociedade, de modo a garantir-lhe que as atividades privativas dos economistas estejam sendo desenvolvidas por profissionais devidamente habilitados e registrados.

As anuidades devidas aos conselhos de fiscalização profissional têm natureza tributária e seu fato gerador é o ato do registro profissional, não cabendo isenção ou anistia, sob pena de responsabilização dos gestores do órgão por renúncia fiscal indevida. Como é de seu conhecimento, apenas o Congresso Nacional ou o Executivo Federal, dado nosso caráter de autarquia federal, podem conceder anistia ou isenção tributárias.

No caso específico do Sr. Fernando Alberto Lopes Meza, a cronologia dos fatos foi a seguinte: **1** – O profissional não quitava suas anuidades desde 1988. Em 10/03/93 foi-lhe encaminhado ofício amigável de cobrança referente ao período de 1988 a 1992. Essa correspondência foi devolvida pelo correio com informação de que o destinatário havia mudado de endereço.

**2** - Em maio de 1997, nova carta, cobrando os débitos existentes foi encaminhada para o mesmo en-

dereço e seu “AR” foi devolvido pela Empresa de Correios e Telégrafos com o respectivo registro de recebimento ainda naquele endereço.

**3** – Na medida em que o devedor não se pronunciou, novamente em setembro de 1999 foi-lhe encaminhada, pela terceira vez, cobrança amigável, por ofício, ocasião na qual recebemos correspondência apócrifa informando que o destinatário havia falecido em Porto Alegre no ano de 1979.

**4** – Não consta no processo do economista nenhuma correspondência datada do ano de seu suposto falecimento solicitando, como afirma sua nota, o cancelamento de seu registro.

**5** – Na ausência de comprovante do falecimento, já em agosto de 2001 mais uma cobrança amigável foi encaminhada sem sucesso. Em janeiro de 2002 foi ajuizada a competente execução fiscal junto a 4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro.

**6** – Finalmente, esta medida fez com que o Sr. Fernando entrasse em contato com esta Autarquia, em março de 2004, ocasião na qual, ao invés de apresentar protocolo de seu pedido de cancelamento, datado de 1979, ingressou com pedido de cancelamento de seu registro. Na medida em que a prova de que dispunha de não estar exercendo a profissão era uma baixa em sua carteira profissional datada de setembro de 1982, foi-lhe solicitado apresentar comprovante mais atualizado, neste caso, cópias de suas declarações de Imposto de Renda, após a apresentação das quais foi-lhe concedido o cancelamento de registro mediante pagamento dos débitos existentes.

Acreditando ter prestado os suficientes esclarecimentos e contando com sua publicação no mesmo espaço.

Atenciosamente,

José Antonio Lutterbach Soares  
Presidente

## Falta de Educação

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região/RJ, Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, tendo tomado conhecimento da esdrúxula nota referenciada vem lamentar não ter sido previamente contatado pelo autor da matéria a fim de prestar os esclarecimentos que ora inicia.

## CURSOS DO CORECON/RJ

### Programação de Cursos para o Segundo Semestre

Cadastrem-se na página: <http://www.economistas.org.br> para receber notícias dos cursos

#### CURSO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO

Curso de 36 horas/aula está programado para iniciar em 19 de julho e irá até o dia 2 de setembro, sempre às segundas e quartas-feiras, de 18h45 às 21h30.

#### Professor Eduardo de Sá Fortes

Economista, mestre em Economia Empresarial - UCAM. Possui experiência em análise financeira de empresas. Ministra cursos de análise de conjuntura e avaliação de projetos inseridos em ambientes de risco e assimetria de informação, avaliando os modelos tradicionais, bem como algumas de suas deficiências. Através da abordagem de Opções Reais, desenvolve uma modelagem mais elaborada, pois, incorpora em sua estrutura a incerteza e a flexibilidade gerencial. Além disso, o professor desenvolve programas eletrônicos com a finalidade de otimizar a análise econômica e a tomada de decisão em finanças.

#### EM BREVE, NOVAS TURMAS DE:

- . O pensamento econômico de Keynes
- . Economia e meio ambiente: uma introdução ao tema e apresentação do mercado de trabalho (em setembro)
- . Primeira década do Real: teorias e experiências (em outubro)
- . Curso reflexivo sobre as desigualdades sociais no Brasil
- . O pensamento econômico de Karl Marx

Mantenham-se informados e cadastrem-se na página [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) ou na Av. Rio Branco, 109 - 16º andar - Secretaria de Cursos - 2232-8178 ramais 45 e 36